



RELATÓRIO ANUAL 2008

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2008

Senhores Acionistas,

Atendendo as disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Campolarguense de Energia – Cotel submete à apreciação dos Senhores o Relatório de Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras, com os devidos pareceres dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e de Administração, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2008.

CARTA DO PRESIDENTE

Ao completar 40 anos, a Companhia Campolarguense de Energia – COCEL – consolida-se como um patrimônio de todos os campolarguenses, eis que tem origem na cidade e representa uma das principais potencialidades do município para atrair empresas, gerando empregos para sua gente.

O encerramento do ano de 2008 coincide com término de um ciclo de gestão de quatro anos. Ao final desse período, pode-se afirmar que foram obtidos grandes avanços, em função dos investimentos realizados nas diversas áreas da empresa. Com o objetivo de adequar o quadro de funcionários à demanda de serviços foi realizado concurso público quando foram admitidos 35 novos funcionários. Ao mesmo tempo, foi dada ênfase à qualificação profissional dos empregados, através da realização de cursos que ultrapassaram 11 mil horas somente nos últimos dois anos. Visando ainda proporcionar reais perspectivas de crescimento na carreira e transparência nos critérios de promoção funcional foi implantado o Plano de Cargos e Salários. E, para dar condições adequadas de trabalho e esses profissionais, houve a renovação total da frota de veículos, com a aquisição de 11 veículos leves, 7 camionetes, dois caminhões e 7 motos. Além da melhor condição de trabalho, essa ação proporcionou uma redução considerável nos gastos com combustível e manutenção.

Os investimentos em obras de ampliação, melhoria e reforço de rede de distribuição nesses 4 anos ultrapassaram o montante de 19 milhões de reais, sendo R\$ 5.659.402,00 somente em ampliações rurais dentro do Programa Luz para Todos (parceria entre Cotel e Eletrobrás) que já beneficiou 1.002 famílias. Estas famílias receberam gratuitamente a rede de energia, o padrão de entrada e ainda 3 pontos de luz e duas tomadas em suas casas. Entre as obras de melhoria destacam-se os reconduimentos dos alimentadores das regiões de Ferraria (R\$ 350.000,00) e BR 277 (R\$ 72.000,00). Estes investimentos resultaram em um incremento de 26% no número de postes existentes, 28,2% na quantidade de quilômetros de redes e 41,2% no número de transformadores instalados.

Outra questão que mereceu especial atenção foi o sistema de iluminação pública, fator preponderante para melhorar a segurança dos cidadãos campolarguenses. Entre as obras de implantação e revitalização realizadas pode-se citar a da PR 423, Ciclovia da Avenida Padre Natal Pigato, Estrada da Onça, Colônia Rebouças, Marginal Itaquí, Rua João Stukas, Avenida Arlindo Chemin, Praça Atilio Barbosa, Praça João Antonio da Costa, Itaquí, Anel Central, Rua João Stukas, além da substituição de mais de 18 mil lâmpadas queimadas ou quebradas por vandalismo.

Para as classes de menor poder aquisitivo, a Cotel disponibiliza tarifas subsidiadas através de programas do Governo Estadual, como o Luz Fraterna que atende em média 2.300 consumidores ao mês, e do Governo Federal, o Programa Baixa Renda que mensalmente beneficia aproximadamente 9.600 famílias.

E, em mais uma ação que denota sua função social de contribuir para o desenvolvimento do Município e de suas instituições, a partir de 2007 a COCEL que passou a destinar 5% do seu lucro líquido para entidades beneficentes. Os valores são repassados para o pagamento das faturas de energia e desenvolvimento de projetos sociais como iluminação de campos, doação de equipamentos e instalações.

Ainda no final de 2008 a COCEL recebeu a Certificação ISO 9001:2000 referente ao Processo de coleta de dados e apuração dos indicadores de continuidade coletivos e individuais estabelecidos pela Resolução ANEEL Nº024/2000”, o que garante a precisão nas informações que são repassadas à Anel e a seus consumidores relativas ao tempo e a frequência que os consumidores ficam sem energia

A COCEL visando a expansão da empresa, está imbuída no propósito de modernização e ampliação do sistema de distribuição, assim como pretende no futuro próximo, dar novos e importantes passos na geração de energia, com a solicitação para registro de Inventário do Rio Açungui, protocolada na ANEEL em 19 de dezembro de 2008. Esse procedimento assume, neste momento, importância crucial para o desenvolvimento futuro da empresa. Dentro desta estratégia, a COCEL assumirá um papel relevante, sendo um dos seus objetivos essenciais a aproximação com os consumidores, assim como a busca para a minimização dos custos da energia, consolidando a sua capacidade contínua de gerar soluções sustentadas para os seus negócios, bem como para seu crescimento e desenvolvimento

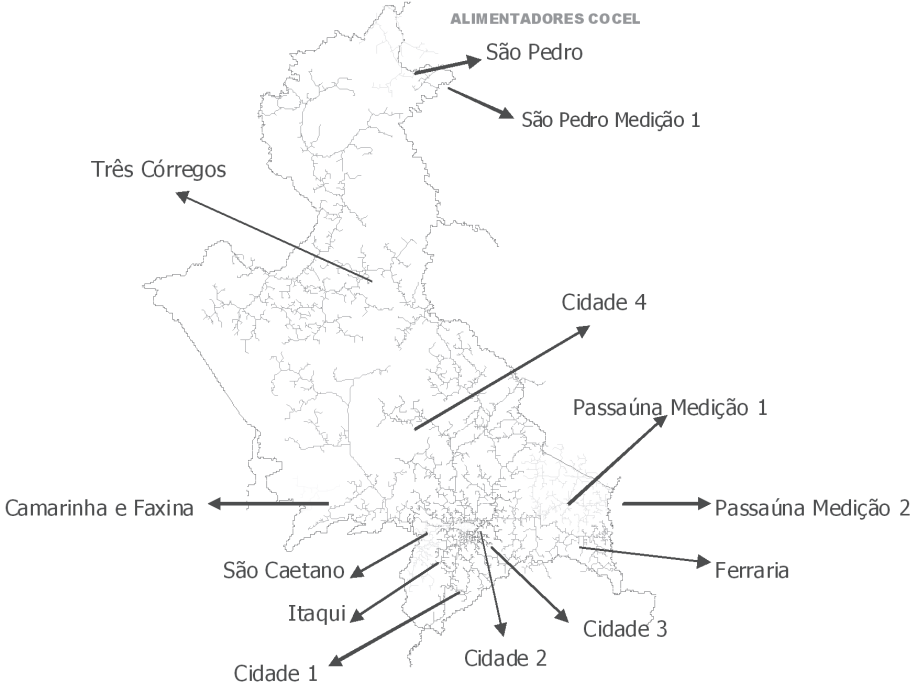
A EMPRESA

PERFIL

A Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, fundada em 05 de Março de 1968, é uma Sociedade de Economia Mista, de capital fechado, controlada pelo Governo do Município de Campo Largo, o qual detém 88,8% do seu Capital Social.

A Companhia tem como atividade principal a distribuição e a comercialização de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que possui uma área de 1.359 km².

A COCEL é uma Companhia eminentemente distribuidora de energia, sendo todo o seu mercado atendido através da compra de energia da Companhia Paranaense de Energia – COPEL.



MISSÃO

“Atender seus consumidores com qualidade de Energia a preços competitivos”.

VISÃO

“Ser uma empresa que atenda ao mercado em suas necessidades de energia, infra-estrutura e serviços correlatos”.

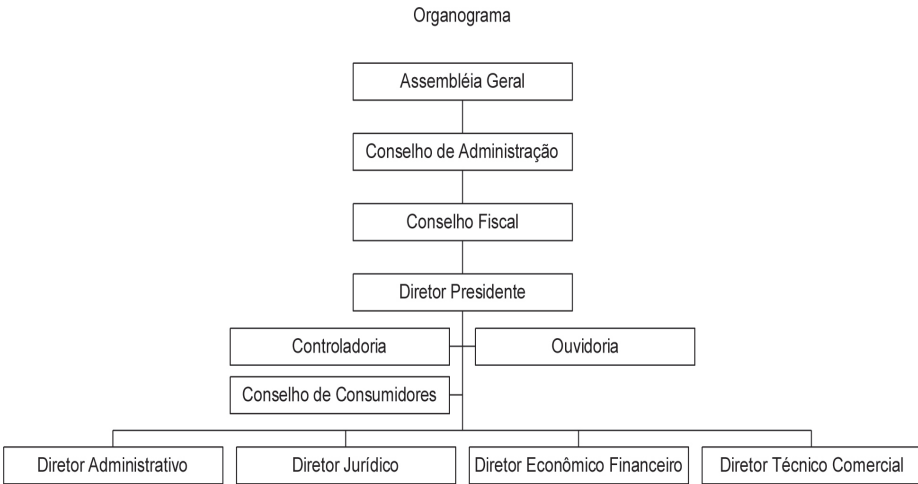
PRINCÍPIOS E VALORES

“ A Cotel, busca promover a satisfação dos consumidores, acionistas, colaboradores e fornecedores “.

ORGANIZAÇÃO E GESTÃO

A Companhia Campolarguense de Energia – Cotel, atua no segmento de distribuição de energia elétrica há 40 anos, e tem se preocupado de forma constante na atualização de práticas de gestão corporativa, bem como nas questões relativas às tecnologias voltadas para sistemas de informações aplicados às empresas modernas, sem no entanto, deixar de valorizar o seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo desses anos de existência da Companhia.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



Assembleia Geral Ordinária: obrigatoriamente deverá ocorrer até 30 de abril, onde os Acionistas e Conselhos de Administração e Fiscais, examinam as contas da Diretoria, discutem e deliberam sobre relatórios e Balanços anuais;

Conselho de Administração: Composto por dez acionistas eleitos pela Assembleia Geral com mandatos de três anos, podendo ser reeleitos. Compete ao Conselho de Administração, orientação sobre negócios da Companhia, eleger, destituir e fiscalizar diretores;

Conselho Fiscal: Composto por cinco membros efetivos e cinco membros suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, podendo ser reeleitos. Suas atribuições, deveres e responsabilidades são estabelecidos no Estatuto Social e na Lei das Sociedades Anônimas;

Diretorias: Eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, podendo ser reeleitos;

Controladoria: No ano de 2007 foi instituído o Sistema de Controle Interno da Companhia, conforme termos do artigo 31 da Constituição Federal e artigo 59 da lei complementar nº- 101/2000, com objetivo de promover a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, no tocante à legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e eficiência na administração dos recursos e bens públicos.

Também tem a função de prestar contas e informações sobre a gestão da empresa perante o Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia Campolarguense de Energia – Cotel, é uma Sociedade de Economia Mista, de Capital Fechado e regulada pela Lei 6404/76 das Sociedades Anônimas.

O Capital social realizado em 31 de dezembro de 2008 é de R\$ 25.000 (vinte e cinco milhões de reais), representado por 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias sem valor nominal.

A composição acionária dos principais acionistas encontra-se discriminada na tabela abaixo:

	2008	2007
Prefeitura Municipal de Campo Largo	444.139.217	444.139.217
FAPEN – Instituto de Aposentadoria e Pensões de C. Largo	53.929.780	53.929.780
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

AUDITORIA EXTERNA

A Cotel tem como contratada a empresa BDO Trevisan para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações contábeis e financeiras..

ESTRUTURA E AMBIENTE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Abrangência da Área de Concessão - Mercado de Energia

A concessionária distribui energia elétrica em todo Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que abrange uma população de 105.492 habitantes, conforme dados fornecidos em 2007, e a área de 1359 km².

Atendimento ao Consumidor

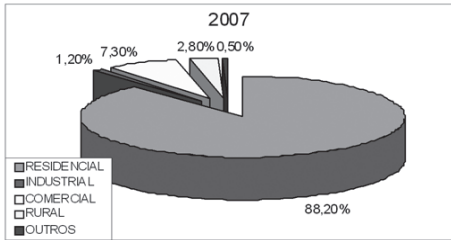
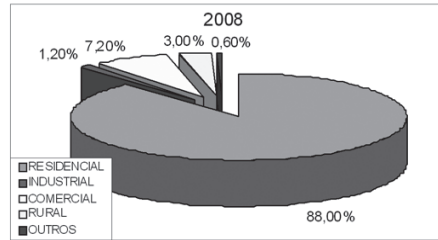
O atendimento aos consumidores é realizado no Setor de Atendimento ao Público na sede Administrativa da Cotel e em outros canais alternativos onde o consumidor pode ter acesso aos serviços da Cotel sem sair de casa.

A Cotel conta com um manual de Normas Técnicas a disposição de seus novos consumidores, sobre a instalação de Padrões de Entrada. Disponível na página eletrônica e também em sua Sede Administrativa.

Novas Ligações de Consumidores

Foram realizadas no ano, 1.556 novas ligações, das quais 1.320 são da classe residencial e 115 da classe Rural e que se referem na sua totalidade do Programa Luz para Todos. Totalizando no final do exercício 37.427 consumidores contra 34.871 em 2007; representando um crescimento de 4,34%, com destaque para a classe residencial que representa 88,02% do número de consumidores.

Nº de Consumidores:



Serviço de Tele-atendimento

O serviço de call-center é oferecido pela Cotel através do telefone 0800-726-2121, onde os consumidores podem fazer solicitações comerciais, reclamações de falta de energia, entre outros serviços.

O setor de atendimento efetuou em média no decorrer de 2008, 9982 atendimentos/mês, destes, 3705 foram via call-enter e 6275 atendimentos através do balcão de atendimento em nossa Sede Administrativa.

Agência Virtual

Através da Internet, a Cotel disponibiliza a seus clientes serviços como: consulta a histórico de faturas, emissão da Segunda via da conta de luz, solicitação de serviços e avisos sobre os horários e locais dos desligamentos programados para melhorias do sistema de distribuição.

Agentes Arrecadadores

A fim de facilitar o pagamento das faturas de energia elétrica, a Cotel conta com 32 agentes arrecadadores conveniados e contratados, lotéricas, além de outros estabelecimentos comerciais que atuam como correspondentes bancários distribuídos em todas as regiões do município e região metropolitana.

ASPECTOS OPERACIONAIS

A classe industrial com 437 consumidores, representa 1,2% do total de consumidores, 52,8% do mercado de vendas de energia em kWh, e 44,76% do faturamento líquido.

A relação consumidores/empregados passou de 326 para 343 consumidores para cada empregado em 2008.

A energia requerida ao longo do exercício de 2008, adquirida integralmente da nossa supridora Companhia Paranaense de Energia – COPEL apresentou um crescimento de 5,23%, passando de 216.792 MWh para 228.130 MWh em 2008.

O consumo total de energia faturada pela COCEL, em 2008, totalizou 214.131 MWh um crescimento de 6,39%, comparando com a energia faturada no ano de 2007, que totalizou 201.273 MWh.

DIRETTORE TECNICO continua

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, fundada em 05 de Março de 1968, é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pelo Governo do Município de Campo Largo, que detém 88,8% do seu Capital Social. A Companhia tem como atividade principal a distribuição e a comercialização de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que possui uma área de 1.359 km².

A COCEL é uma Companhia eminentemente distribuidora de energia, sendo todo o seu mercado atendido através da compra de energia da Companhia Paranaense de Energia – COPEL.

2. DA CONCESSÃO

A Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, detém a concessão para distribuir energia no Município de Campo Largo, Estado do Paraná junto ao órgão regulador do Serviço Público de Energia Elétrica, através da portaria nº 530 de 1º de Dezembro de 1998 do Ministério de Minas e Energia - ME, com vencimento em 07/07/2015.

Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica foram assinados a partir de 1995, em cada um desses contratos foram estabelecidas as tarifas iniciais e os mecanismos de sua alteração:

Reajuste Tarifário Anual;

Revisão Tarifária Extraordinária;

Revisão Tarifária Periódica.

No caso particular do contrato de concessão da COCEL de nº 27/99, que foi assinado em 30 de Março de 1999, passamos pela segunda revisão tarifária periódica ocorreu em 24 de Junho de 2008 que constituiu em estabelecer o reposicionamento das tarifas de fornecimento de energia elétrica e a determinação do Fator X.

A Cotel solicitou a Aneel, alteração da data dos Reajustes de 29 de Março para 24 de Junho, o qual foi concedido através da Resolução Homologatória nº 603 de 22/01/2008, publicada no Diário Oficial da União em 29/01/2008, onde autoriza a alteração da data contratual da segunda revisão tarifária, bem como prorroga a vigência das tarifas de fornecimento de energia elétrica.

O Fator X considera os ganhos de produtividade da concessionária, previstos para o próximo período tarifário, decorrentes do crescimento do mercado atendido; a avaliação do grau de satisfação na percepção do consumidor; bem como a manutenção da condição de equilíbrio econômico-financeiro definida na revisão tarifária periódica;

O Fator X é estabelecido em função dos seguintes componentes:

Xe que reflete os ganhos de produtividade esperados derivados da mudança na escala do negócio por incremento do consumo de energia elétrica na área servida, tanto por maior consumo dos consumidores existentes, como pela incorporação de novos consumidores, no período entre revisões tarifárias, calculado em cada revisão tarifária periódica;

Xc que reflete a avaliação dos consumidores sobre a sua concessionária, sendo obtido mediante a utilização do resultado da pesquisa Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor – IASC, calculado em cada reajuste tarifário anual; e

Xa que reflete a aplicação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) para o componente mão-de-obra da Parcela B da concessionária, calculado em cada reajuste tarifário anual.

No contrato de concessão, a receita inicial da concessionária é dividida em duas parcelas. A Parcela A envolve os chamados “custos não gerenciáveis” pela concessionária, relacionados a distribuição de energia elétrica e explicitamente indicados no contrato. São custos cujo montante e variações escapam à vontade ou influência da concessionária, como a energia elétrica adquirida para atendimento aos clientes, os custos de transmissão e os encargos setoriais.

A Parcela B compreende o valor remanescente da receita, envolvendo, portanto, os ditos “custos gerenciáveis”. São custos próprios da atividade de distribuição e de gestão comercial dos clientes, que estão sujeitos ao controle ou influência das práticas gerenciais adotadas pela concessionária – ou seja, os custos de operação (pessoal, material e serviços de terceiros). Além destes, a Parcela B inclui a remuneração do capital e os tributos. Os contratos de concessão contemplam procedimento específico para reajuste dessas parcelas durante cada ano do período tarifário.

REVISÃO TARIFÁRIA DA COCEL EM 2008

O processo de Revisão Tarifária Periódica tem como principal objetivo analisar, após um período previamente definido no contrato de concessão (geralmente de 4 anos), o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Destaca-se que enquanto nos reajustes tarifários anuais a “Parcela B” da Receita é atualizada monetariamente pelo IGP-M, no momento da revisão tarifária periódica são calculadas a receita necessária para cobertura dos custos operacionais eficientes e a remuneração adequada sobre os investimentos realizados, com prudência.

A revisão tarifária periódica é realizada mediante o cálculo do reposicionamento tarifário e do estabelecimento do Fator X.

A Resolução Homologatória Anel nº 664, de 23 de junho de 2008, homologou o resultado provisório da Segunda revisão tarifária periódica, a serem aplicadas a partir de 24 de junho de 2008, considerando o reajuste médio total negativo de 9,91%, sendo negativo de 11,64% relativos ao reposicionamento tarifário e 1,73% relativo aos componentes financeiros externos à revisão tarifária periódica.

A Segunda etapa consiste no cálculo do fator X, que é o estabelecimento de metas de eficiência para o segundo período tarifário que serão expressas na tarifa. Com base na metodologia estabelecida pela resolução nº 234/2006, o calculo preliminar de Xe para a Cotel resultou em 0,20%.

Ainda na mesma Resolução Homologatória nº 664 determina o pagamento à Cotel da Segunda parcela do passivo financeiro decorrente da publicação da Resolução Normativa nº 243, de 19 de dezembro de 2006, no valor de R\$ 1.311.047,69. A Resolução Normativa Anel nº 338, de 25 de novembro de 2008 alterou as disposições da Resolução Normativa nº 234, de 31 de outubro de 2006 que disciplina o assunto, e estabeleceu novos conceitos gerais, metodologias aplicáveis e procedimentos iniciais para realização do segundo ciclo de revisão tarifária periódica das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica. No próximo reajuste tarifário serão revistos os índices publicados em 2008.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a Legislação Societária, Lei nº. 6.404/76 e alterações introduzidas pela Lei nº. 11.638/07 e Medida Provisória nº. 449/08, conjugadas com a legislação específica da Aneel e as regulamentações segundo as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Em decorrência da promulgação da referida Lei e Medida Provisória, foram editados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, pronunciamentos contábeis com aplicações obrigatórias para aplicação nas Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31/12/2008 e 31/12/2007.

Ocorreram reclassificações nas Demonstrações de 2007, principalmente nos registros do Ativo Imobilizado, em função dos Contratos de Arrendamento Mercantil que a Companhia mantém: Leasing Financeiro, de acordo com a CPC 06.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

ATIVO CIRCULANTE

4.1. DISPONIBILIDADES

	2008	2007
Caixa	6	1
Contas Bancárias a Vista	632	745
Numerários em Trânsito	207	306
Aplicações Financeiras	5.166	2.690
Total	6.011	3.742

Numerários em trânsito:

O saldo de Numerário em Trânsito corresponde aos valores arrecadados pela rede bancária e ainda não creditados pela mesma.

Aplicações Financeiras:

As aplicações financeiras, em títulos de renda fixa, estão demonstradas pelo custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

4.2. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIOS E PERMISSIONÁRIOS

As contas a receber incluem os valores referentes ao faturamento já emitido, bem como a receita proveniente de energia fornecida e ainda não faturada ao final do exercício. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento do faturamento. Para a receita não faturada, conforme o ciclo de faturamento mensal, é feito a provisão tendo como referência a carga real de energia disponibilizada e o índice de perda elétrica em bases anuais.

	2008	2007
Fornecimento Faturado	4.645	5.082
Fornecimento n/Faturado	2.238	2.534
Outros	226	251
Total	7.109	7.867

O fornecimento faturado apresenta o seguinte perfil por data de vencimento e classe:

	Saldo vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total 2008	Consolidado 2007
Consumidores					
Residencial	770	814	275	1.859	2.258
Industrial	1.342	181	91	1.614	1.366
Comercial	284	278	121	683	854
Rural	22	17	-	39	51
Poder Público	67	10	61	138	179
Iluminação Pública	167	-	-	167	206
Serviço Público	94	-	-	94	88
Governo do Paraná – Luz Fraterna	24	27	-	51	80
Total	2.770	1.327	548	4.645	5.082

4.3.DEVEDORES DIVERSOS

	2008	2007
Tributos e Contribuições Sociais	578	661
Empregados	81	86
Outros	-	8
Total	659	755

4.4. PROVISÃO P/ CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

O valor da provisão para devedores duvidosos, constituída no montante de R\$ 676 mil, é considerada suficiente para cobrir possíveis perdas na realização de créditos a receber.

4.5. ESTOQUE

Corresponde a materiais no almoxarifado de manutenção e estão avaliados pelo custo médio de aquisição e não excedem ao valor de mercado.

4.6. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Prêmios de Seguros: Saldo dos pagamentos antecipados de prêmios de seguros vincendos, até a efetiva realização destas despesas pelo regime contábil de competência;
Conta de Compensação e Variação de Valores de itens da parcela “A” – CVA: registra as variações ocorridas entre os valores previstos por ocasião dos reajustes tarifários e os valores efetivamente pagos ao longo do ano tarifário do seguintes itens: Conta de Consumo de Combustíveis – CCC; Conta de Desenvolvimento Energético – CDE; Programa de Incentivo a fontes alternativas de Energia - PROINFA e o Custo de Aquisição de Energia Elétrica.

	2008	2007
CCC	306	-
CDE	17	42
PROINFA	36	20
Ativo Regulatório Cofins / Pasep	-	60
Prêmios de Seguros	73	60
Total	432	182

4.7. OUTROS CRÉDITOS

	2008	2007
RGR a Compensar	30	36
Serviços Prestados a Terceiros	391	263

Desativações de bens em curso	-34	-53
Alienações em curso	-17	-
Outros	42	48
Total	412	294

NÃO CIRCULANTE

4.8.TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS:

O valor de R\$ 195 mil, refere-se ao saldo histórico de precatórios que foram adquiridos com o objetivo de quitar pendências fiscais junto ao Governo do Estado.

4.9.CAUCÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Depósitos judiciais efetuados junto a Caixa Econômica Federal, referente a processos movidos junto à União Federal referentes ao Cofins/Pasep e CPMF.

	2008	2007
COFINS	915	915
PASEP	192	192
CPMF	28	28
Outros Depósitos Judiciais	10	5
Icms a compensar	327	327
Total	1.472	1.467

4.10. INVESTIMENTO

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de Dezembro de 1995.

	2008	2007
Participações Soc. Permanentes	56	56
(-) Provisão para Desvalorização	(47)	(48)
Sub-total	9	8
Outros Investimentos	281	281
Total	290	289

4.11. IMOBILIZADO

Registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815 de 30 de Novembro de 1994, às taxas anuais constantes da tabela anexa à Resolução ANEEL nº 02 de 24 de Dezembro de 1997 e nº 44 de 17 de Março de 1999. Em função do disposto nas instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo. O mesmo procedimento foi adotado para os juros sobre o capital próprio (quando aplicável) que financiou as obras em andamento, conforme previsto na legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica.

Mensalmente, são apropriadas às imobilizações em curso, através de rateio de até 10% dos gastos com pessoal e serviços de terceiros apropriados às ordens em curso.

DISTRIBUIÇÃO

	2008	2007
Imobilizado em Serviço		
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	9	9
Máquinas e Equipamentos	43.980	39.106
Veículos	1.555	620
Móveis e Utensílios	3	3
Soma	45.547	39.738

	2008	2007
Depreciação Acumulada		
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	(6)	(6)
Máquinas e Equipamentos	(15.042)	(13.340)
Veículos	(951)	(420)
Móveis e Utensílios	(1)	(1)
Soma	(16.000)	(13.767)

	2008	2007
Imobilizado em Curso		
Maquinas e Equipamentos	1.526	2.049
Material em Depósito de Obras	2.535	2.592
Soma	4.061	4.641
Total da Distribuição	33.608	30.612

ADMINISTRAÇÃO

	2008	2007
Imobilizado em Serviço		
Terrenos	279	279
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	397	397
Máquinas e Equipamentos	528	407
Veículos	193	23
Móveis e Utensílios	155	151
Soma	1.552	1.257

	2008	2007
(-) Depreciação Acumulada		
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	(263)	(247)
Máquinas e Equipamentos	(278)	(235)
Veículos	(71)	(22)
Móveis e Utensílios	(123)	(115)
Soma	(735)	(619)
Total da Administração	817	638

COMERCIALIZAÇÃO

	2008	2007
Imobilizado em Serviço		
Máquinas e Equipamentos	49	30
Veículos	31	-
Móveis e Utensílios	11	11
Soma	91	41

(-) Depreciação Acumulada	2008	2007
Máquinas e Equipamentos	(11)	(9)
Veículos	(13)	-
Móveis e Utensílios	(6)	(5)
Soma	(30)	(14)
Total da Comercialização	61	27

As obrigações especiais, referem-se aos recursos recebidos dos consumidores e da União, para possibilitar a execução de obras de ampliação e ou reforço de rede, necessárias ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica.

OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO

Participação Financeira	2008	2007
Participações e Doações – Imobilizado em Serviço	(4.632)	(4.616)
(-) Reintegração Acumulada	16	-
Participações e Doações – Imobilizado em Curso	(1.423)	(875)
Pendente de Recebimento	(71)	(90)
Valor Não Aplicado	(1)	(3)
Sub. Total	(6.111)	(5.584)
Total do Ativo Imobilizado	28.375	25.693

Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

Na conclusão dos trabalhos referentes aos testes de recuperação dos ativos da Cia., entende-se ter direito contratual assegurado à indenização dos bens vinculados a concessão. E que futuramente, no término da concessão, haja regulamentação sobre a valorização dessa indenização.

Diante disso, a Cia. não achou necessário efetuar constituição de provisão para Impairment.

4.12. INTANGÍVEL

	2008	2007
Distribuição	181	181
(-) Depreciação Acumulada	(111)	(75)
Soma	70	106
Administração	152	98
(-) Depreciação Acumulada	(73)	(62)
Soma	79	36
Total	149	142

4.13. DETALHAMENTO DAS PRINCIPAIS OBRAS IMOBILIZADAS E BAIXADAS: DESCRIÇÃO

IMOBILIZAÇÕES	BAIXAS
Ampliação de Rede Urbana	-
Ampliação de Rede Rural	-
Reforço de Rede Urbana	-
Reforço de Rede Rural	-
Melhoria de Rede Urbana	302
Melhoria de Rede Rural	-
Luz P/ Todos	-
Equipamentos Geral	-
Veículos	-
Moveis e Utensílios	-
Intangíveis / Softwares	-
Medidores	85
TOTAL	387

4.14. TAXAS DE DEPRECIAÇÃO

De acordo com a resolução ANEEL nº 02 de 24 de Dezembro de 1997, as taxas de depreciação, dos principais bens e instalações da Companhia registrados e controlados por Unidade de Cadastro – UC, são as seguintes:

Estrutura – Distribuição	5,00%
Condutor – Distribuição	5,00%
Luminária	7,70%
Medidor	4,00%
Transformador de Distribuição	5,00%
Veículo	20,00%
Equipamento Geral	10,00%
Edificação	4,00%

4.15. DOS BENS VINCULADOS À CONCESSÃO

De acordo com os artigos 63 e 64 do decreto 41.019 de 26 de Fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

4.16. SEGUROS

Os principais ativos em serviço da empresa estão segurados, a especificação por modalidade de risco e data de vigência está demonstrada a seguir:

BEM	SEGURADO	RISCO	DATA DE VIGÊNCIA	IMPORTÂNCIA	PRÊMIO
				SEGURADA	
SEDE SOCIAL	Incêndio, Queda de Raio e Explosão / Danos Elétricos / Responsabilidade Civil Operações / Roubo e/ou Furto	Qualificado de Bens / Roubo de Valores / Vendaval	07/11/2008	a	500
			07/11/2009	a	2
ALMOXA-RIFADO	Incêndio, Queda de Raio e Explosão / Danos Elétricos / Responsabilidade Civil Operações / Roubo e/ou Furto	Qualificado de Bens / Vendaval	07/11/2008	a	300
			07/11/2009	a	1
ASCEL	Incêndio, Queda de Raio e Explosão /		07/11/2008		

Danos Elétricos / Roubo e/ou Furto	a	100	-
Qualificado de Bens / Vendaval	07/11/2009		
Incêndio, Queda de Raio e Explosão / Danos Elétricos / Equipamentos (Exceto Cine/Foto) (Estacionários) / Vendaval	07/11/2008		
Casco / Danos Materiais / Danos Corporais / Morte / Invalidez	05/06/2008	a	2.130
Permanente / Equipamentos	05/06/2009	Valor Mercado	34
CÂMERA TER- Cobertura Básica / MOGRÁFICA Danos Elétricos	04/09/2008	a	131
	04/09/2009		12

PASSIVO CIRCULANTE

4.17. FORNECEDORES

Energia Comprada p/ Revenda	2008	2007
Materiais e Serviços	3.022	2.751
Total	277	194
	3.299	2.945

4.18. FOLHA DE PAGAMENTO

Saldo Salários a Pagar	2008	2007
Tributos e Contribuições Sociais retidos na fonte	229	265
Consignações em favor da Concessão e/ou terceiros	83	84
Total	16	13
	328	362

4.19. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

ICMS	2008	2007
FGTS	1.317	1.407
INSS	38	39
COFINS	108	105
PASEP	215	250
Contribuição Social	47	54
Outras	-	-
Total	12	8
	1.737	1.863

4.20. CREDORES DIVERSOS

Conta de Compensação Parcela A – CCC	2008	2007
Conta de Compensação Parcela A – Energia	-	32
Contas pagas em Duplicidade	541	160
Bônus Itaipu	15	14
Outros credores	8	-
Total	5	4
	569	210

Bônus Itaipu: Valor repassado pela Eletrobrás às concessionárias de Energia Elétrica das Regiões Sul, Sudeste e Centro a serem repassados aos consumidores conforme critérios estabelecidos pela Resolução Normativa nº 313 de 13/05/2008 da Aneel. São créditos referente ao rateio do saldo positivo que a Eletrobrás teve ao comercializar a energia da usina Itaipi.

4.21. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

Provisão de Férias/Gratificação	2008	2007
Provisão INSS/FGTS	460	432
Total	181	170
	641	602

4.22. ENCARGOS DO CONSUMIDOR

Reserva Global de Reversão	2008	2007
Quota p/ Conta de Consumo de Combustível	45	43
Conta de Desenvolvimento Energético	207	115
Total	139	135
	391	293

4.23. ENCARGOS TARIFARIOS

Encargos de Capacidade Emergencial	2008	2007
Total	8	11
	8	11

4.24. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

F.N.D.C.T	2008	2007
M.M.E.	108	106
Instituições de Pesquisa	54	58
Programa de Eficientização Energética	291	121
Total	533	542
	986	827

4.25. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

Contribuição p/Custeio de Serv. II.Pública	2008	2007
Empréstimo Compulsório – Eletrobrás	152	132
Cauções em Garantia	71	71
Outros	7	7
Total	10	20
	240	230

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

4.26. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

COFINS	2008	2007
PASEP	915	915
CPMF	192	192
Total	28	28
	1.135	1.135

4.27. EMPRÉSTIMO E FINANCIAMENTO

	2008		2007	
	Principal + Circulante	Encargos Não Circulante	Principal + Circulante	Encargos Não Circulante
Em Moeda Nacional	42	292	60	334
Eletrobrás	97	772	111	665
ECF 063/04	-	583	10	194
ECF 116/05	-	325	-	-
ECF 182/07	-	-	-	-
ECF 212/08	-	-	-	-
Total	139	1.972	181	1.193

Taxa de Juros de 5% ano, “PRO RATA TEMPORIS” sobre o saldo devedor corrigido, incorporado ao saldo durante o período de carência.

Taxa de Administração de 1% ao ano, vencível mensalmente sobre o saldo devedor corrigido.

4.28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Até 31 de Dezembro de 2008, a Companhia não realizou nenhuma operação com derivativos, bem como não mantém operações financeiras objetivando a proteção dos riscos de perda com flutuações nas taxas de juros e de câmbios, tendo em vista a inexistência de empréstimos e financiamentos com taxas pós-fixadas e/ou vinculados a moeda estrangeira.

4.29. CONCENTRAÇÃO DE RISCOS DE CRÉDITOS

Como aproximadamente 2/3 das vendas de energia são efetuadas a um grande número de consumidores que representam mais de 90% de seu universo, o risco de crédito por esse fato se torna minimizado, além do acompanhamento das inadimplências verificadas nas diversas classes de consumidores, suspendendo seu fornecimento, decorrente de atrasos superiores aos regulamentares.

4.30. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	2008		2007	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Trabalhistas	-	95	-	85
Outras	30	280	60	216
Total	30	375	60	301

Em atendimento a Deliberação da CVM nº 489/2005, destacamos que valor das causas Cíveis e Trabalhistas estão classificadas como de perdas possíveis ou de muito provável.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

4.31. CAPITAL SOCIAL

	2008	2007
Prefeitura Municipal de Campo Largo	22.207	19.542
FAPEN – Instituto de Aposentadoria e Pensões de Campo Largo	2.696	2.373
Demais Acionistas	97	85
Total	25.000	22.000

O Capital Social totalmente integralizado, é representado por 500.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, estando assim constituído:

	2008	2007
Prefeitura Municipal de Campo Largo	444.139.217	444.139.217
FAPEN – Instituto de Aposentadoria e Pensões de Campo Largo	53.929.780	53.929.780
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, é assegurado aos Acionistas, um Dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas.

4.32. RESERVAS DE LUCROS

	2008	2007
Reserva de Lucros	7.072	7.225

A reserva de retenção de lucros foi constituída de parte dos lucros do exercício, para dar suporte ao programa de investimento da companhia que será efetuada com Capital Próprio por deliberação da Assembléia Geral.

A reserva legal, de constituição obrigatória de 5% do lucro líquido do exercício, é limitada a 20% do Capital Social.

4.33. CÁLCULO DOS DIVIDENDOS

O artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26 de Dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, do valor dos juros sobre o capital próprio que serão pagos aos acionistas, calculados com base na variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP).

A concessionária optou por pagar juros sobre o capital próprio, em substituição aos dividendos como distribuição de lucros do exercício no montante de R\$ 2.000 mil, e reter o remanescente do lucro líquido como reserva de retenção de lucros de modo a assegurar a realização do programa de investimento a ser realizado no ano seguinte, suportado pelo orçamento anual.

Se não houvesse a opção do cálculo dos Juros sobre o Capital Próprio, a base para os Dividendos mínimos obrigatórios do exercício seria como segue:

	2008	2007
Lucro Líquido do Exercício	4.652	5.252
(-) Reserva Legal	233	263
Lucro Líquido Ajustado	4.419	4.989
Dividendos Obrigatórios – 25%	1.105	1.247
(-) Juros s/Capital Próprio Imputados	2.000	2.000
Dividendos a Pagar	-	-

